

Governadores se queixam do Poder Judiciário

Estados tentam renegociar dívidas de R\$ 92 bilhões com o Governo federal para sair da maior crise financeira da história

Mariza Louven

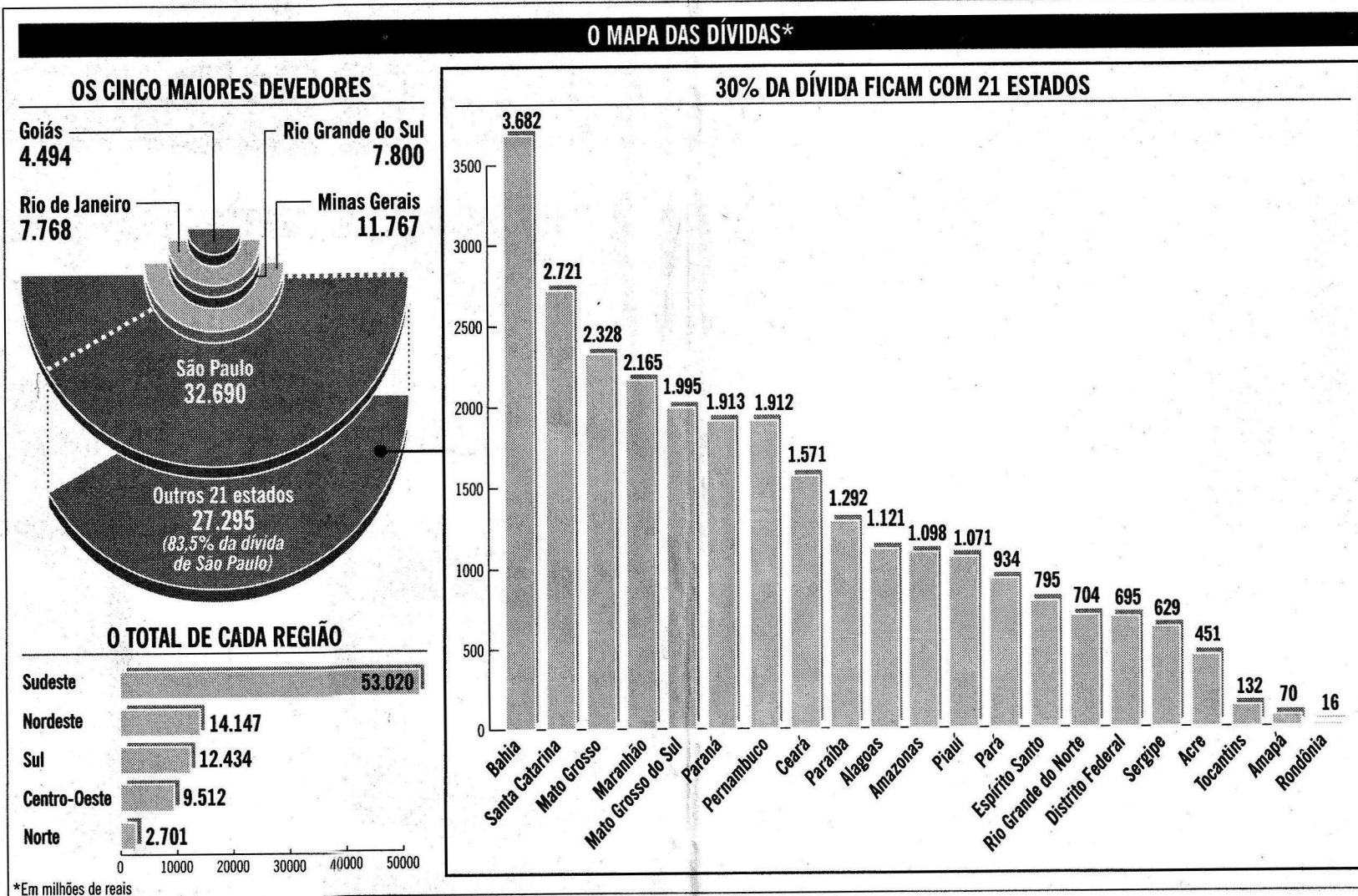
• Atolada em dívidas de aproximadamente R\$ 92 bilhões, a maioria dos 26 estados do país está quebrada. Os governadores tentam renegociar os débitos com o Governo federal para sair da crise financeira, a pior da história da federação. Enquanto a reforma administrativa não sai, eles adotam medidas de ajuste que dependem também do Legislativo e do Judiciário, apontados como pouco cooperativos.

— O Poder Judiciário ainda não incorporou a nova realidade do país. Antes, a Justiça mandava pagar e o dinheiro aparecia. Com a inflação, havia sempre mais reais (cruzeiro real, cruzado, o que fosse) que no mês anterior, mesmo valendo menos. Era só atrasar os pagamentos que a inflação corroía as dívidas. Isso não existe mais — diz o governador de Santa Catarina, Paulo Afonso Evangelista Vieira (PMDB).

No Espírito Santo, salários subiram até 112% em 1994

Em Santa Catarina, os salários do Judiciário equivalem a 6% da receita líquida, ou algo como R\$ 9,3 milhões por mês. O governador tentou reduzir os gastos com pessoal através de decreto-lei, mas o Judiciário impediu.

O governador Vitor Buaiz (PT) também reclama que o Executivo tem dificuldade de controlar os gastos porque os demais poderes não contribuem para o ajuste. Segundo ele, o Poder Judiciário e o Tribunal de Contas do Estado tiveram aumentos de 82% e o Ministério Público, de 112%, em 1994, informa Buaiz. Um dos pleitos do governador junto ao Senado é a redução dos repasses de recursos para o Legislativo e o Judiciário, dos atuais 11% para 5%



da receita líquida de R\$ 78 milhões por mês.

— Não há má vontade — contesta o juiz do trabalho Raul José Cortes Marques, titular da 74ª Junta de Conciliação e Julgamento do Rio de Janeiro.

Segundo Marques, o Judiciário está atento a fenômenos sociais como a globalização da economia e a reforma do Estado. Mas, se estes processos causam injustiça, ele diz que não pode apoiá-los. Quanto aos vencimentos dos magistrados, afirma que estão con-

gelados há quase dois anos.

— A fragilização econômica é uma forma reduzir a independência — afirma o juiz, que diz ter sete funcionários para cuidar dos três mil processos trabalhistas sob sua responsabilidade, o dobro do que determina a lei para cada magistrado por ano.

Marques admite que há distorções salariais no setor público, "em geral de ordem administrativa, muitas vezes explicáveis por questões políticas". Mas a Justiça não pode passar por cima dos

princípios legais, como o do direito adquirido. Além disso, a seu ver, pode estar havendo pressa em querer chegar às reformas desejadas, de forma que as medidas nem sempre são adotadas com a acuidade necessária.

Para o secretário estadual de Administração do Rio, Augusto Weneck, o Judiciário tem uma interpretação liberal das questões trabalhistas. O Executivo fixou um teto salarial de R\$ 9.600, mas há funcionários que recebem mais de R\$ 15 mil porque entra-

ram com liminar e ganharam, informa. Em 1995, houve tentativa de enquadrar os servidores da Assembléia Legislativa do Rio no mesmo limite. O procurador aposentado Carlos Osório de Almeida, de 76 anos, com salário de R\$ 35.900, era um dos que passaria a ganhar menos, mas recorreu e ganhou em primeira instância.

No Rio, os servidores do Judiciário, do Ministério Público e do Legislativo são 6% do total de 370 mil, mas seus rendimentos equivalem entre 25% e 30% da folha

de R\$ 340 milhões por mês, informa o secretário de Administração. Ou seja, 22.200 pessoas dividem um bolo de R\$ 85 milhões a R\$ 102 milhões, com um salário médio de R\$ 3.800 a R\$ 4.600.

Na Bahia, o governador Paulo Souto (PFL) é o servidor mais bem pago na ativa, com R\$ 5.700 por mês. Porém, entre os inativos há um coronel da Polícia Militar recebendo R\$ 9.200 e 30 aposentados da administração direta com vencimentos entre R\$ 6 mil e R\$ 6.800. O Governo estadual vem tentando reduzir esses valores na Justiça, mas as sentenças têm favorecido os servidores.

Em Tocantins, Governo não conseguiu anular concurso

A curta história de Tocantins confirma o problema. O primeiro concurso para formação do quadro de funcionários do estado, criado há oito anos, levou à admissão de 20 mil pessoas. O Governo seguinte anulou a primeira seleção por decreto e fez outra, para admitir 22 mil servidores. O caso foi parar no Superior Tribunal de Justiça, que validou os dois concursos. Até 1994, Tocantins tinha 42 mil servidores. Através do programa de demissões incentivadas e da aplicação do estágio probatório (até dois anos após o ingresso do funcionário, o Governo pode aplicar prova para verificar sua aptidão), o número caiu para 33 mil.

— Poderíamos trabalhar com 25 mil, sem problemas — garante o secretário de Fazenda de Tocantins, Adjair Lima.

O coronel capixaba aposentado Carlos Monjardim, com vencimento de R\$ 70 mil, só não está recebendo porque o Executivo não paga. No Espírito Santo, os servidores não recebem há dois meses. ■